



ATA N.º 2/2025

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2025
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 25 DE FEVEREIRO DE 2025

-----No dia 25 de fevereiro de 2025, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de fevereiro de 2025 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 24 de fevereiro de 2025 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**

- PONTO 2 - *Apreciação e Votação da Proposta referente à Carta Municipal da Habitação;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de constituição dos Júris dos procedimentos de recrutamento e seleção de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para a Sessão, da Sra. 1.ª Secretária da Mesa, Maria Paula Couto (PS) e estando presente o 2.º Secretário da Mesa, José Jácome (PS), assumiu este as funções de 1.º Secretário. A Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS) convidou para exercer as funções de 2.º Secretário, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sr. Joaquim Lopes. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafirim e Barão de São João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes (2.º Secretário, em exercício)
PS	José António dos Santos Guerreiro



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	José Manuel da Silva Jácome (1.º Secretário, em exercício)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, a seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO
PS	Natércia Maria Baptista Reigada

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador

-----**VERIFICOU-SE AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA**



MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À CARTA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-693-4.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fez a apresentação do documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que em 2019 a CDU apresentou uma proposta para a elaboração da Carta Municipal da Habitação, que foi aprovada pela Assembleia Municipal e, em 2021 voltaram com a mesma proposta. Disse ainda que passados seis anos surgiu este documento que vai ser essencial para a definição da política municipal da habitação e que o único problema será a o cumprimento do que é estipulado pela Carta Municipal da Habitação.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) considera que a Carta é o Instrumento de Gestão Municipal de Planeamento e Ordenamento Territorial em matéria de habitação, que deve ser articulada com o Plano Diretor Municipal e com os restantes instrumentos de gestão territorial aprovados pelo Município. Referiu que, o Grupo Municipal do PSD, acha que os diagnósticos às carências de habitação e as estratégias estão presentes no documento, são instrumentos para fazer face às necessidades do momento, também verificadas no resto do país, e considera que só através destes instrumentos se conseguirá ultrapassar as dificuldades do acesso à habitação, e que só através do planeamento se conseguirá ajudar as famílias a ultrapassar os desafios. Referiu ainda que acha que este instrumento é essencial para o bem dos lacobrigenses e espera que seja utilizado de forma exequível dentro das medidas e das necessidades da população. Disse esperar que este documento se concretize em medidas efetivas e concretas de desenvolvimento de projetos habitacionais que são essenciais para a comunidade.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Natércia Maria Baptista Reigada	20.54

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que este documento é essencial para a governação e que, quanto mais bem fundamentado for, melhores decisões se poderão tomar. Recordou que o processo começou a desenvolver-se em 2018 e que, em 2021, surgiu o programa “Habitação 18/2021” e a Estratégia Local da Habitação, com a criação de programas de acesso, como o “1.º Direito”. Sublinhou



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que, em 2024, chegou finalmente a Carta Municipal da Habitação, resultado deste processo evolutivo, que procura dar resposta a um problema há muito identificado. Acrescentou que, desde 2011, se têm vindo a assinalar fatores premonitórios desta crise, através de diversos indicadores que foi enumerando. Considerou, no entanto, que este documento chega demasiado tarde, pois, na sua perspetiva, teria sido fundamental iniciar o combate a este fenómeno logo aos primeiros sinais, revelando-se, até agora, uma falta de proatividade na resolução deste problema.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que a Câmara Municipal já tem vários projetos em curso para responder às necessidades habitacionais. Contudo, salientou que o documento chega tarde, uma vez que deveria ter antecipado as medidas a adotar nesta situação. Explicou que o mesmo se limita a desenvolver, de forma superficial, medidas já previstas nos vários projetos, exemplificando alguns casos. Sublinhou que, a partir do momento em que o documento seja aprovado, deixarão de existir desculpas para não se resolver o problema da habitação. Concluiu dizendo que, embora este instrumento ainda vá demorar algum tempo a produzir efeitos, é fundamental para garantir o direito à habitação e apoiar as pessoas que residem no concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que este documento é uma mais valia por ser um bom instrumento de trabalho. Lembrou que há cerca de dez anos a Câmara Municipal não tinha capacidade económica e que foi necessário recuperar da crise financeira para que fosse possível comprar terrenos. Disse ainda que primeiro houve a Estratégia Local de Habitação e, agora, a Carta Municipal da Habitação e que, ao contrário do setor privado, demora algum tempo até se conseguir os parceiros certos e aos trabalhos serem bem executados.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, considerou que este documento é consensual, dada a sua importância. Explicou que, para a sua elaboração, é necessário compreender a dinâmica dos Concelhos e do país, sublinhando que a necessidade surgiu na sequência da crise económica de 2008, que levou a que, durante dezasseis anos, não se construíssem habitações por falta de recursos financeiros. Recordou que, nessa altura, o setor privado foi erguendo algumas habitações, ainda que em pequena escala e não destinadas às classes médias, que encontravam grandes dificuldades para as adquirir, tal como acontece noutros países da Europa. Assinalou que, com a ajuda do PRR, foi possível obter fundos para apoiar a construção habitacional. Alertou, contudo, que esses fundos estão sujeitos a prazos rigorosos de execução, difíceis de cumprir para a maioria dos Municípios, embora os processos estejam em andamento. Sublinhou que o aumento da procura resultou da conjugação de fatores como a imigração, o alojamento local e o mercado de segunda habitação, que criaram forte concorrência. Foi neste contexto que, entre 2017 e 2018, surgiu a Estratégia Local da Habitação, que prometia habitação para todos, elevando a procura e a expectativa de acesso a uma casa. Acrescentou que os números apresentados na Carta Municipal da Habitação são ambiciosos e exigem um trabalho significativo, semelhante ao que acontece em todo o país. Identificou ainda a banca como um dos maiores obstáculos à aquisição de



habitação. Explicou que este documento, de carácter ambicioso, procura dar resposta às necessidades identificadas, indo além da Estratégia Local da Habitação. Advertiu que não se pode repetir o erro de interromper a construção de habitação, sob pena de, dentro de uma década, regressar à mesma situação. Lembrou que a Constituição da República Portuguesa consagra o Direito à Habitação e que, para o garantir, é indispensável o investimento dos Municípios, com o necessário apoio do Estado Central. Sublinhou ainda que os organismos do Estado responsáveis pela matéria não têm condições para dar resposta, devendo os Municípios assumir essa tarefa. Concluiu referindo que esta Carta constitui um excelente instrumento de trabalho, a ser utilizado para suprir as necessidades habitacionais dos lacobrigenses.--

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que ao primeiro concurso concorreram cerca de 2.000 (dois mil) agregados familiares devendo-se encontrar a solução para o problema necessidade/procura. Lembrou ainda a cronologia feita na Sessão Extraordinária de outubro/2024. Questionou quais foram as principais dificuldades que houve na elaboração deste documento face à situação real do Concelho e ao desequilíbrio entre o número de habitantes e o número de concorrentes ao primeiro concurso.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) iniciou a sua intervenção com a leitura de parte do relatório que deu origem à Carta Municipal da Habitação. Recordou que, em campanha eleitoral, o PS prometeu a construção de quatrocentos fogos, mas que, até ao momento, apenas dezassete foram entregues, sublinhando a necessidade de se proceder a uma análise que permita identificar o que falhou. Acrescentou que o financiamento é indispensável, mas advertiu que o atraso na sua obtenção não pode servir de justificação para todos os problemas existentes.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a Carta Municipal da Habitação se afigura como imprescindível para alavancar uma nova política de habitação, que não se deve limitar a uma lógica de obras públicas, mas antes constituir-se como um sistema planeado, no qual o setor privado possa também intervir, assumindo-se como parceiro do setor público. Esclareceu ainda que esta parceria deverá promover o benefício geral da população, garantindo o acesso a uma habitação condigna, e que deverá manter-se ativa mesmo após o termo dos apoios do PRR. Defendeu, por isso, que a Carta Municipal da Habitação deve fomentar a colaboração entre os setores público e privado, que, em conjunto, representam a sociedade. Sublinhou, por fim, que as políticas públicas não devem assentar exclusivamente nesta Carta, que deve ser vista como um ponto de partida para a resolução do problema, ainda que vá para além dos fundos do PRR.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) referiu que, após a divulgação da oferta, registou-se igualmente um aumento significativo da procura, evidenciando a crescente necessidade das populações face ao elevado preço das casas. Lembrou ainda que o Concelho de Lagos se mantém atrativo para viver, investir e visitar, por dispor de boas infraestruturas e de um forte tecido associativo, apresentando alguns exemplos. Salientou, por fim, que é fundamental promover a habitação a preços acessíveis, destinada àqueles que não têm possibilidade de adquirir ou arrendar casa própria.----



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) lembrou que, antes de se abrir as portas a outras pessoas, é fundamental garantir condições para os que cá residem. Acrescentou que a leitura das causas da crise da habitação foi mal interpretada, defendendo que se deveria ter planeado atempadamente, de forma a que, quando houvesse financiamento disponível, as obras pudessem avançar de imediato. Pelo contrário, optou-se por esperar que houvesse dinheiro para só então iniciar o planeamento, fruto das várias pressões. Sugeriu, assim, que no futuro se opte primeiro pelo planeamento das situações, para que, logo que surja a oportunidade, se possa passar diretamente à execução.-----

-----O Sr. Arquiteto Luís Carvalho (Faculdade de Arquitetura de Lisboa) explicou que a Carta Municipal da Habitação está organizada em três partes: o estudo de base, a visão e o programa de ação. Sublinhou que, no Concelho de Lagos, a situação é particularmente grave no contexto nacional e destacou que, atualmente, já se encontram famílias da classe média entre as que necessitam de apoio habitacional. Acrescentou que este documento não é fechado, sendo aberto à participação e não exclusivamente público. Explicou que a Carta assenta em duas vertentes, sendo uma delas a mobilização do edificado, que, por si só, apresenta grandes dificuldades devido ao funcionamento do mercado. Por isso, a execução prática deste documento só terá início após o término do PRR, com um horizonte definido até 2035. Recordou ainda que, entre 2011 e 2021, a dinâmica da habitação sofreu uma redução para apenas um sétimo do que era anteriormente, o que conduziu à atual crise habitacional.-----

-----Posto isto, foi colocada à votação a **PROPOSTA REFERENTE À CARTA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO**.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 29/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Fábio Gonçalves, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [José Maia Santos], a Carta Municipal de Habitação, nos termos consignados no n.º 2 do Artigo 22.º da Lei de Bases da Habitação, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 7 de fevereiro de 2025.-----

-----O Grupo Municipal da LCF apresentou a seguinte Declaração de Voto: “A habitação digna e acessível é um direito fundamental e um pilar essencial para a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, em Lagos, verificamos com crescente preocupação a incapacidade do município em dar resposta eficaz às necessidades habitacionais da população. Temos vindo a viver numa conjuntura política de décadas em que o poder político instalado apenas se tem preocupado em arrecadar os valores resultantes das taxas e impostos, IMI e IMT, em particular, sem que tenha havido investimento público oportuno e suficiente para um desenvolvimento estruturado e sustentável, em especial neste domínio da habitação esta última década. A Estratégia Local de Habitação e a Carta Municipal de Habitação definem



objetivos claros para a promoção de soluções habitacionais adequadas, mas a sua implementação tem sido marcada por atrasos significativos. A aquisição de terrenos tem sido morosa, comprometendo o avanço de projetos fundamentais. Além disso, a construção de novas habitações a custos acessíveis está longe de acompanhar o aumento da procura, deixando muitas famílias em situações precárias e sem perspectivas de uma solução a curto prazo. Os atrasos sucessivos na concretização das políticas habitacionais agravam a crise social, dificultando o acesso das famílias e dos jovens a uma habitação condigna. Esta falta de resposta célere também afeta o desenvolvimento económico local, limitando a fixação de mão de obra, essencial para os diversos setores da nossa economia, que, ano após ano, se veem a braços com a gravidade da falta de mão de obra para dar resposta às necessidades. Com referem os investigadores e autores da Carta Municipal de Habitação, “(...) No período 2016-2021 verificou-se uma recuperação na capacidade de construção de novos alojamentos, mas, essa recuperação no Município de Lagos, foi bastante inferior ao ocorrido a nível nacional, a nível regional e especialmente no Município de Portimão;(...)”, a partir da análise do gráfico nº 20. Está assim corroborada a nossa tese de que o Executivo municipal poderia ter ido mais longe e ter sido mais proactivo na resolução deste problema. É imperativo que o executivo municipal assuma com maior responsabilidade, celeridade e eficácia, a sua obrigação de garantir habitação acessível. A prevenção da especulação imobiliária, a aceleração dos processos de aquisição de terrenos e a implementação célere dos projetos previstos devem ser prioridades absolutas. Os recentes atrasos do financiamento através do PRR, nos projetos candidatos, não justificam os atrasos que se têm vindo a verificar neste setor tão essencial para a vida dos lacobrigenses e para a sustentabilidade da nossa economia. Assim, o nosso voto a favor deste documento, que vem já tarde, reflete a esperança na exigência de medidas concretas e imediatas para combater a crise habitacional em Lagos, garantindo que os direitos dos cidadãos sejam efetivamente cumpridos.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 32 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 21 horas e 51 minutos.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-693-6.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) referiu que é com agrado que vê, mais uma vez, a área social ser destacada pelo compromisso do Município, no qual são implementadas várias iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através de uma abordagem integrada e colaborativa. Considerou que o Município tem trabalhado incansavelmente em prol da coesão social e do bem-estar da comunidade, procurando dar respostas e disponibilizar ferramentas capazes de chegar ao maior número de pessoas possível. Destacou o trabalho em rede



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

desenvolvido entre as várias instituições e a Autarquia, em especial no apoio aos mais vulneráveis. Relativamente ao Programa Radar Social, explicou que os técnicos se deslocaram ao terreno, junto das pessoas mais vulneráveis do Concelho, com o apoio da PSP e no âmbito da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João. Questionou qual o impacto do programa, se o mesmo foi apenas implementado nessas zonas e quais os critérios que levaram à sua aplicação apenas nessa Freguesia. Salientou ainda o trabalho do Serviço Educativo de Mediação Cultural, no Centro Cultural de Lagos, cujo objetivo é garantir a acessibilidade à arte e à cultura. Sublinhou que este programa tem aproximado a comunidade do universo artístico, proporcionando experiências interativas no âmbito da inclusão e da reflexão, demonstrando o compromisso do Município em assegurar que diferentes faixas etárias e condições sociais possam usufruir da cultura de forma lúdica e participativa. Concluiu lembrando que fomentar um ambiente inclusivo e coletivo é de grande importância para toda a comunidade.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou se a Câmara Municipal tinha o interesse em comprar, e para quê, o Castelo dos Governadores; relativamente ao antigo Hospital de Lagos questionou se há alguma informação do que irá acontecer a essas instalações após novembro do corrente ano; relativamente ao cancelamento do desfile de Carnaval das escolas questionou se não tinha sido possível arranjar uma outra data para a realização do evento à semelhança dos Municípios de Portimão e Lagoa; relativamente à segurança nas escolas questionou se concordava com a posição do Grupo Municipal do PS em que não é necessário fazer-se uma auditoria para reforço da segurança nas escolas. Questionou ainda quando é que foi a última vez que o Conselho Municipal de Segurança reuniu e quando será a próxima reunião, perguntando se estava tudo bem no Concelho.-----

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) referiu que a gestão dos espaços verdes são o ponto de visibilidade dos Municípios. Neste sentido, tem-se visto a reconversão destes espaços de forma a lhes dar mais dignidade, de serem mais sustentáveis e darem uma melhor qualidade visual, dando exemplos. Relativamente à iluminação disse trazer muita qualidade para estes espaços, o que foi possível através da ajuda do PRR. Sobre as comunicações referiu que foi feito um investimento nesta área com a introdução da tecnologia 5G nas áreas de acolhimento empresarial trazendo grandes benefícios para a comunidade, questionando qual era o ponto de situação sobre esta matéria.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) referiu que o turismo, sendo uma das principais fontes de receita do Município, na sua vertente cultural, através dos núcleos museológicos, tem registado um aumento de visitas. No entanto, considerou que estes não estão a ser utilizados da forma mais adequada. Relativamente ao Forte Ponta da Bandeira, questionou a razão de existirem apenas entradas gratuitas, indagando se tal se deve a uma situação de carácter operacional, nomeadamente por ausência de equipamentos a funcionar devidamente, eventualmente por falta do investimento necessário. Sugeriu que seria pertinente estar discriminado o tipo de entradas, de modo a compreender melhor os diferentes públicos alcançados. Assinalou ainda a utilização incorreta da designação “guia turístico”, sublinhando que a terminologia correta é “guia-intérprete”.-----



-----O Sr. José Guerreiro (PS) referiu que o Município tem tido um trabalho muito meritório no que diz respeito ao abastecimento de água. Lembrou que os projetos nesta área têm um investimento de cerca de 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros) tendo em vista a reparação de condutas, que nalguns casos estavam em muito mau estado, e diminuição das perdas de água e solicitou o ponto de situação no que diz respeito a estes projetos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a equipa do Museu de Lagos tem sido um exemplo do que se faz bem, no que diz respeito à receção dos cidadãos que nos visitam, trazendo um bom retorno que é o reconhecimento dos visitantes. Solicitou o ponto de situação das obras do museu de arqueologia e questionou quais são os prazos para o fim das obras. Sobre os balneários romanos da Luz solicitou o ponto de situação das obras; questionou como estava a preparação para o verão relativamente aos parques de estacionamento das praias do Porto de Mós e Meia Praia; solicitou o ponto de situação sobre o estado do Plano da Orla Costeira, visto ser importantíssimo para o desenvolvimento do Concelho; relativamente ao Desfile de Carnaval, uma vez que não houve alternativas para a sua realização, questionou se, no futuro, não se encontrarão outras datas, à semelhança de outros Municípios, para que seja possível realizar o tradicional desfile das escolas. Relativamente às equipas multidisciplinares que têm a responsabilidade do Centro Histórico questionou o que se pretende fazer em relação à sua gestão; relativamente à equipa responsável pela criação de um novo edifício sustentável na zona de acolhimento empresarial questionou sobre o trabalho que a equipa estava a desenvolver.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) questionou quando os dirigentes do Centro de Saúde terão disponível a central telefónica e quando o pavilhão destinado à fisioterapia estará pronto para receber os pacientes. Relativamente à ciclovia, prometida há cerca de cinco anos, perguntou quando se iniciaria a sua implementação. Informou que, neste momento, circulava um abaixo-assinado que solicita medidas concretas relativamente às instalações do restaurante que ardeu na Praia da Luz, uma vez que a sua ausência altera o enquadramento paisagístico para a população e para quem visita a localidade, questionando se a Câmara Municipal poderá desenvolver esforços, em articulação com a APA, para resolver esta situação. No que respeita ao sistema de gestão de perdas de água, questionou como funciona e qual será a sua amplitude territorial. Sobre as futuras instalações do Arquivo Municipal, lembrou que a obra continua por concretizar; disse ainda saber que o Convento de Nossa Senhora da Glória tem sido alvo de intervenções e questionou quando será efetivamente instalado o Arquivo Municipal. Por último, relativamente à Associação de Municípios Terras do Infante, perguntou se os professores podem continuar a solicitar apoio a esta associação ou se deverão fazê-lo apenas junto dos serviços do DSAU.-----

-----O Sr. José Santos (BE) questionou para quando é que estava prevista uma intervenção no pontão contíguo ao Forte Ponta da Bandeira, uma vez que se encontra em derrocada há já algum tempo; relativamente aos espaços verdes requalificados questionou se se poderia converter a brita em calçada por questões de segurança.-----



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que a zona industrial está a ser alvo de uma intervenção, no âmbito de um projeto que abrange três áreas industriais do Concelho: a Zona Municipal, o Pinheiral e a Marateca. Informou ainda que se encontra em aberto uma futura ampliação da área do Chinicato, a qual constituirá uma mais-valia para o apoio à atividade económica, dotando-a de melhores condições ao nível das comunicações e da segurança. Relativamente às condutas de água, referiu que o investimento neste setor, orçamentado fora do PRR, ronda os 20.000.000,00 € (vinte milhões de euros), a aplicar em quatro zonas distintas, nomeadamente nas ZMC's, em áreas sem abastecimento e na substituição de condutas em várias fases, exemplificando algumas. Sublinhou que, apesar de pouco visíveis, estas obras têm um grande impacto financeiro e revestem-se de elevada importância. Acrescentou que o objetivo principal passa por mais de vinte intervenções, destinadas não apenas a levar água a quem ainda não tinha acesso, mas também a melhorar a gestão do sistema em termos de eficácia e de redução das perdas deste recurso essencial. Quanto ao edifício do Castelo dos Governadores (antigo Hospital de Lagos), recordou que pertence à Santa Casa da Misericórdia e informou que o Município já se disponibilizou para elaborar um projeto que corresponda às intenções daquela instituição. Contudo, sublinhou que a tomada de posse do edifício ainda não foi formalmente definida com a ULS. Relativamente às novas instalações do Hospital de Lagos, informou que o Estado Português ficou encarregado da concessão do edifício, assegurando que o contrato de arrendamento seria renovado quando estivesse próximo do termo. Acrescentou que, muito em breve, será estabelecido contacto com a ULS, entidade responsável pelos Hospitais e Centros de Saúde, a fim de aferir se o processo já teve início, sublinhando que o Município não prescindirá deste equipamento. Sobre o desfile de Carnaval, explicou que, devido à indisponibilidade das escolas noutra data e à greve de três dias que coincidiu com o dia inicialmente previsto, não foi possível reagendar o tradicional desfile. Sublinhou que o cancelamento não agradou a ninguém, mas assinalou que cada escola teve oportunidade de realizar, ou não, uma festa de Carnaval nas respetivas instalações, consoante o impacto da greve. Quanto à Segurança, referiu que se revê na posição do Grupo Municipal do PS, lembrando que as escolas são seguras e esclarecendo que os criminosos não tinham a intenção de invadir a escola, mas, na fuga às autoridades e sem alternativa de saída, optaram por saltar a vedação. Sublinhou que a solução técnica passaria pela colocação de arame farpado que impedisse a transposição. Elogiou o trabalho exemplar dos docentes e não docentes na garantia da segurança da escola, bem como a pronta intervenção da PSP, que conseguiu capturar os suspeitos. Informou ainda que, na semana seguinte, em conjunto com a Associação de Pais, foi feita uma avaliação da situação, tendo sido reconhecido por todos que a escola é, efetivamente, segura. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, informou que será agendada uma nova reunião, envolvendo todas as forças de segurança e, em especial, os comandos. Salientou, no entanto, que, para além das reuniões formais, existe contacto frequente entre as várias entidades, o que garante a necessária articulação em matéria de segurança. Sobre o Forte Ponta da Bandeira, esclareceu que a entrada permanecerá gratuita até que seja alvo de



intervenção, atendendo ao seu estado de degradação. Relativamente ao Museu de Lagos, destacou que a procura tem sido elevada e que, ao contrário do que acontecia antes das obras, em que a principal atração era a Igreja de Santo António, atualmente as duas áreas do Núcleo José Formosinho registam grande interesse por parte dos visitantes. Quanto ao Núcleo de Arquitetura, informou que o processo se encontra concluído, já tendo acolhido alguns debates, e adiantou que será retomado o processo de exploração da área do quintalão. Relativamente aos Balneários Romanos da Luz, informou que a obra está a avançar, ainda que de forma morosa, atendendo à sua elevada complexidade técnica. Quanto à preparação do verão, esclareceu que, na Meia Praia, já se encontra em desenvolvimento o projeto da frente ribeirinha, para o qual existe estudo prévio concluído, estando a Autarquia a contar com o apoio das Infraestruturas. Referiu que se prevê a preparação do verão no parque situado após o apeadeiro, local que habitualmente apresenta maior degradação. Sobre a praia do Porto de Mós, explicou que a intervenção é mais difícil, por se tratar de um terreno com propriedade mista (pública e privada), impondo-se a necessidade de alcançar um acordo entre as partes. Relativamente aos relatórios das duas equipas, informou que não foi ainda possível apresentá-los, embora ambas tenham desenvolvido trabalho positivo. Destacou a equipa do Centro Histórico, que se encontra a atuar em várias frentes, nomeadamente ao nível da mobilidade, esperando que, dentro de algum tempo, sejam visíveis os resultados do seu trabalho. Quanto à segunda equipa, adiantou que já procedeu ao levantamento dos edifícios, de forma a identificar soluções de reforço energético, com vista à obtenção de maior eficiência e sustentabilidade. Sobre a central telefónica do Centro de Saúde, esclareceu que a responsabilidade é da ULS, a qual assumiu o compromisso de requalificar todas as centrais telefónicas da região, sendo este um dos pontos a tratar na próxima reunião com aquele organismo. Quanto ao restaurante da praia da Luz, informou que tem conhecimento de que um grupo de cidadãos pretende a sua demolição. Contudo, recordou que o edifício se encontra inserido no POC, sendo este o instrumento que definirá o seu futuro. Relativamente ao pedido de apoio apresentado por um professor à Associação de Municípios Terras do Infante, esclareceu que esta não funciona como uma empresa de transportes. Explicou que a resposta será dada por escrito, acrescentando que o transporte solicitado também havia sido requerido ao Município, que o indeferiu, porquanto o agrupamento escolar já se tinha responsabilizado pelo transporte dos alunos à BTL. Aproveitou para esclarecer o modo de funcionamento da cedência de transportes às escolas. Sobre o molhe do Cais da Solaria, recordou que apresenta um buraco há alguns anos, sendo a sua reparação da responsabilidade da DGRM. Informou que o Município tem mantido contactos regulares com aquela entidade e que, no penúltimo contacto, foi transmitido que a intervenção avançaria em simultâneo com a contratação de uma nova empreitada de desassoreamento. Contudo, até à data, não foram obtidas respostas concretas, apesar de já terem sido contactados os vários Ministérios com tutela do Mar. Relativamente ao estado do Forte Ponta da Bandeira, referiu que já existe estudo prévio e que o projeto continua em análise. Garantiu que o edifício não apresenta danos estruturais que ponham em



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

causa a sua estabilidade, carecendo apenas da reposição de algumas pedras em falta. Sublinhou que estão a ser estudadas soluções para que o Forte venha a ter a dignidade patrimonial que merece. Sobre as zonas verdes, explicou que se optou por um modelo de requalificação que privilegia a infiltração da água no solo, em detrimento da compactação provocada por pavimentos impermeáveis, promovendo, assim, maior sustentabilidade ambiental.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho informou que o Radar Social já está a funcionar e, inicialmente, foram aplicados cerca de quarenta e oito questionários e ativados os parceiros da rede social. Lembrou que é um serviço fundamental para que seja possível que a rede social seja mais próxima e articulada uma vez que esta medida permite sinalizar as pessoas com mais vulnerabilidades e, esta rede, decidirá quais as respostas mais adequadas a dar caso a caso. Esclareceu que a União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, em conjunto com a PSP foram alguns dos parceiros que ajudaram a aplicar os questionários e informou que estes questionários iriam continuar a ser aplicados. Referiu que o principal objetivo deste radar é o de se fazer uma melhor gestão dos casos sinalizados e ativar a rede social.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) lembrou que as questões levantadas acerca do centro de fisioterapia do Centro de Saúde, a Ciclovia e o Arquivo Municipal não foram respondidas e questionou sobre o processo 912/24, que condena o Município a retificar o modelo de adjudicações e congratulou os serviços da Cultura e da Educação pelo excelente trabalho desenvolvido em ambas estas áreas e, no caso da Educação, tem vindo a ajudar os docentes a preparar atividades para desenvolver com os alunos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, informou que o pavilhão foi feito pela antiga ARS e está a ser gerido pela ULS e que o Município só poderá ajudar se for pedido; relativamente à Ciclovia informou que o processo estava praticamente fechado e que brevemente viria a concurso; relativamente ao Arquivo Municipal lembrou que tinha de ser feito de raiz e, caso haja alguma expansão da área industrial será feita aí, para fazer face às responsabilidades do Município e fazer-se uma melhor gestão, e, por enquanto, ter-se-ia que ficar com os espaços existentes; relativamente ao processo 912/24 informou que se tratava de um processo normal e que o júri do concurso tinha uma fórmula de cálculo que estava errada, o que veio a suspender o processo e, posteriormente, cair. Disse ainda que se teria que iniciar um novo processo; relativamente ao início do Ano Letivo informou que estiveram cerca de duzentos docentes e não docentes e, tendo sido possível antecipar as medidas tomadas, foi possível criar-se um arranque de Ano Letivo com uma dinâmica diferente onde esteve presente toda a comunidade escolar.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu que o relatório de execução orçamental de 2024 revela um aumento da despesa corrente em 5% e um aumento de despesas do pessoal em 10%, o que se tem verificado em vários anos. Referiu ainda que o rácio de trabalhadores por cada mil habitantes é o dobro de Portimão, já em 2023. No entanto, verifica-se um aumento da cobrança da água em 20% e questionou o que se passou para que se tivesse dado este aumento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou o ponto de situação do edifício da Guarda Fiscal e do edifício da praia do Porto de Mós e questionou o que se passou



no concurso para a Divisão Jurídica para que tenham concorrido cerca de vinte e dois concorrentes e nenhum deles tenha entrado.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que o consumo de água se manteve estável, verificando-se, no entanto, uma clara poupança por parte dos consumidores, o que considerou motivo de congratulação, dado revelar a preocupação generalizada com a escassez de água. Sublinhou, contudo, que apenas analisando a origem da receita se poderá compreender o aumento registado. Relativamente ao edifício da Guarda Fiscal, informou que, quando já estava tudo preparado para avançar com o processo, surgiu uma empresa a comunicar que o valor do edifício era superior ao inicialmente estimado. Após nova avaliação, confirmou-se a correção dessa informação, tendo o Município decidido prosseguir com o processo nestas novas condições, encontrando-se o mesmo em fase de conclusão. Sobre a casa-mãe do campo de tiro, esclareceu que já houve contactos com o Ministério da Defesa e com o Exército, os quais confirmaram que o espaço já não lhes pertence. Acrescentou que, estando uma parte do terreno desocupada, o Município irá assumir a sua gestão, prevendo-se, no futuro, a possibilidade de ficar com a totalidade da área. Relativamente ao concurso na área do Direito, explicou que inicialmente se apresentaram vinte e dois concorrentes, mas que, ao longo das várias fases do processo, foram desistindo. Informou, por isso, que será aberto um novo concurso para um contrato a termo, salientando que a contratação de Engenheiros Cívicos, Engenheiros de Eletrónica e juristas se tem revelado particularmente difícil.-----

-----**PONTO 5 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAUS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-693-7.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou o porquê de se ter esperado dois anos para se lançar este concurso e o porquê de ficar um departamento de fora; questionou ainda se se tratava de uma questão de calendarização e se haveria mais fases do concurso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que não foi possível abrir o concurso anteriormente, uma vez que apenas após a entrada em vigor do regulamento e da reorganização interna tal se tornou viável. Acrescentou que, entretanto, as nomeações realizadas em regime de substituição já tinham sido criadas e, nesse sentido, considerou-se adequado lançar a nova estrutura. Informou ainda que o processo dependia de algumas questões relacionadas com os Recursos Humanos. Posteriormente, questionou se os nomes propostos se mantinham, tendo a maioria respondido afirmativamente. Assim, foi iniciado o concurso para os lugares de topo, com exceção de um departamento que conta com o apoio de um consultor especializado nessa área. Esclareceu, por fim, que após a conclusão desta primeira fase será lançado um novo concurso para os dirigentes, correspondendo a uma segunda fase, em que estes deverão assumir formalmente as responsabilidades



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

dos cargos. Apenas depois dessa etapa será aberto o concurso para os restantes coordenadores, cuja data ainda não se encontra definida.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou se o Diretor de Departamento que não vai agora a concurso passará para a segunda fase.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que poderá passar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) questionou quem é que iria assegurar esse departamento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que o departamento é assegurado pelas divisões e, não tendo diretor, o mesmo é assegurado pelo Presidente da Câmara.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que há um Departamento que não está incluído nesta primeira fase, o que só teria lógica se este concurso fosse aberto para os quatro Departamentos e questionou qual era o sentido lógico de um Departamento ficar fora do concurso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o departamento em falta seria incluído na segunda fase do concurso e que, entretanto, esse serviço se encontrava assegurado. Referiu que as divisões reportavam as várias situações, mas que, na ausência de um diretor de departamento — enquanto elemento máximo — a coordenação era garantida. Recordou que, embora não sendo formalmente diretor, estava em funções um consultor com algumas das responsabilidades inerentes ao cargo, sendo que, na sua falta, caberia às divisões subordinadas suprir essa lacuna.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) acrescentou que, no caso de não existir diretor, é celebrado um contrato com uma pessoa externa, no valor de 75.000,00 € (setenta e cinco mil euros), para prestar apoio ao departamento para o qual não foi aberto concurso.-----

-----Posto isto, foi colocada a votação a **PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAUS.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 30/AM/2025:**

-----**Designado**, por unanimidade, com 25 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Fábio Gonçalves, João Reis, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [José Maia Santos], nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 13.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2025, o Júri de Recrutamento para os seguintes Procedimentos de Recrutamento e Seleção: 1 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura (direção intermédia de 1.º grau); 2 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Diretor do Departamento de Sustentabilidade



Ambiental e Urbana (direção intermédia de 1.º grau); 3 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão do Território (direção intermédia de 1.º grau); 4 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão de Museus e Bens Culturais (direção intermédia de 2.º grau); 5 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão Jurídica (direção intermédia de 2.º grau); 6 - Procedimento de Recrutamento e Seleção do Chefe de Divisão de Gestão de Fundos de Financiamento, Empreendedorismo e Turismo (direção intermédia de 2.º grau).-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 2 minutos, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, em exercício, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....
.....